

**PROCESSO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO PARA  
ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS****ORIENTAÇÕES GERAIS**

- 1 Mantenha seu documento de identificação sobre a carteira.
- 2 É vedado o uso de telefone celular, relógio ou qualquer dispositivo eletrônico, sob pena de desclassificação.
- 3 Preencher os dados solicitados nos campos indicados ao nome, número do CPF e assinatura, no cartão resposta.
- 4 Verifique se há falha na impressão do cartão resposta ou na prova. A prova contém 40(quarenta) questões.
- 5 Não identificar o caderno de provas (nome e CPF).
- 6 Na execução das provas só será permitida a utilização de caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente.
- 7 Não será permitida qualquer espécie de consulta, sob pena de eliminação do candidato.
- 8 É expressamente proibida qualquer comunicação entre os candidatos ou com pessoas estranhas. Não tente visualizar a prova dos demais candidatos. Após as instruções preliminares, nada será respondido.
- 9 O candidato não deverá amassar, anotar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou de qualquer modo, danificar o cartão-resposta, **caso contrário as respostas não serão lidas.**
- 10 **Não será permitida a substituição do cartão-resposta por erro do candidato.**
- 11 Na duração da prova está incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do cartão-resposta.
- 12 Ao término da prova, entregue aos fiscais o “caderno de prova” e o “cartão-resposta”. **NÃO SERÁ PERMITIDO LEVAR O CADERNO DE PROVAS OU RASGAR PARTE DELE.**
- 13 Somente será permitido ao candidato destacar a última folha do caderno de provas, identificada como “folha-rascunho para anotação do gabarito”, destinada exclusivamente para o candidato anotar o gabarito da prova realizada e levá-lo consigo.
- 14 Somente será permitido que o candidato retire-se da sala após 01 (uma) hora do início da prova, salvo autorização da Comissão de Concurso, sendo obrigatória a presença dos 3 (três) últimos candidatos até a entrega da última prova.
- 15 A duração da prova será de 3 (três) horas.
- 16 **NÃO SE ESQUEÇA DE ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA.**

**I. PROVA ESCRITA****ORIENTAÇÕES GERAIS**

De acordo com o comando inerente à cada assertiva, deverá o candidato julgá-la **VERDADEIRA** ou **FALSA**, transcrevendo sua resposta para o Cartão Resposta, que será o único documento válido para a correção da prova.

Na Folha de Respostas haverá, para cada assertiva, dois campos de marcação: o campo designado com o código **V**, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue a assertiva VERDADEIRA, e o campo designado com o código **F**, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue a assertiva FALSA.

A pontuação, para cada assertiva, será igual a 1,00 (um) ponto positivo, caso a resposta esteja em concordância com o gabarito oficial.

Para obter pontuação em cada assertiva, o candidato deverá marcar somente um dos dois campos do cartão-resposta.

Caso não haja marcação ou haja marcação dupla (V e F), será atribuída pontuação 0,00 (zero) para a assertiva.

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Não se esqueça de analisar todos os enunciados de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa!**

1. Em relação à concordância verbal, a frase “Choveram notícias sobre o suposto sequestro de bens do acusado” está correta. ( )V ( )F
2. Em relação à regência verbal, a frase “Oficie-se o Engenheiro responsável pela obra” está correta. ( )V ( )F
3. Com relação ao Novo Acordo Ortográfico, as palavras “semiaberto”, “infraestrutura” e “microônibus” estão corretamente grafadas. ( )V ( )F
4. Morfologicamente, na frase “Todos os candidatos aguardavam apreensivamente o resultado do julgamento dos recursos”, a palavra “apreensivamente” é um advérbio. ( )V ( )F
5. Quanto à regência verbal, a frase “Uma das funções principais da recepcionista, naquele escritório, é atender ao telefone educadamente” está correta. ( )V ( )F
6. Com relação à concordância verbal, a frase “Nem tudo é flores em qualquer profissão” está correta. ( )V ( )F
7. Com relação à colocação pronominal, a frase “Se tratando de direitos trabalhistas, a reunião do Conselho da Empresa foi produtiva” está correta. ( )V ( )F
8. Morfologicamente, na frase “Embora houvesse controvérsias entre os participantes, o seminário transcorreu sem grandes problemas”, a palavra “sem” é uma conjunção. ( )V ( )F
9. Morfologicamente, na frase “Apesar de estar na sala de audiências, João creio no que estava vendo” o verbo “creio” está corretamente grafado de acordo com a pessoa, o tempo e o modo. ( )V ( )F
10. Com relação à colocação do acento marcador da crase, a frase “Os interessados foram orientados à remeter suas propostas imediatamente” está correta. ( )V ( )F

**CONTEUDO ESPECÍFICO**

- 11) Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. ( )V ( )F
- 12) O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza,

no sentido de que ativos e receitas não sejam subestimados e que passivos e despesas não sejam superestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais. ( )V ( )F

13) Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais. ( )V ( )F

14) A contabilização de ativo intangível baseia-se na sua vida útil. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado. ( )V ( )F

15) A depreciação do ativo se inicia quando este está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração. A depreciação de um ativo deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda (ou incluído em um grupo de ativos classificado como mantido para venda de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo-Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada) ou, ainda, na data em que o ativo é baixado, o que ocorrer primeiro. ( )V ( )F

16) As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado com base na associação direta entre elas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas, ou regime de caixa, envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas e despesas que resultem diretamente ou conjuntamente das mesmas transações ou outros eventos. ( )V ( )F

17) A entidade deve elaborar as suas demonstrações contábeis, exceto para a demonstração dos fluxos de caixa, utilizando-se do regime de competência. ( )V ( )F

18) Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma digital, devem revestir-se de formalidades extrínsecas, tais como: serem assinados digitalmente pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado; e, serem autenticados no registro público competente. ( )V ( )F

19) Ao receber o fornecimento de um serviço, a Entidade só deve registrar em sua contabilidade a respectiva despesa quando ocorrer o pagamento, em respeito ao Princípio da Oportunidade. ( )V ( )F

20) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado pelo responsável, independente da entrega do bem ou serviço, sendo realizado por tesouraria ou pagadoria regularmente constituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento. ( )V ( )F

21) Os resultados gerais do exercício relacionados aos entes públicos serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e na Demonstração dos Custos Patrimoniais. ( )V ( )F

22) Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. Tais créditos, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título. A Dívida Ativa poderá ser classificada, então, em Processada ou não Processada, dependendo da sua natureza. ( )V ( )F

23) Restos a Pagar de Despesa Não Processada são aqueles inscritos em exercícios anteriores, que já cumpriram a fase de liquidação, mas ainda não tiveram o respectivo empenho emitido. ( )V ( )F

24) São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários. ( )V ( )F

25) Embora a fraude constitua um conceito jurídico amplo, para efeitos das normas de auditoria, o auditor está preocupado com a fraude que causa distorção relevante nas demonstrações contábeis. No caso da auditoria pública, a preocupação pode ser mais ampla. A responsabilidade do auditor do setor público em relação a fraude pode decorrer de lei, regulamentação e outra autoridade aplicável a entidade do setor público ou separadamente cobertas pelo mandato do auditor. Portanto, a responsabilidade do auditor do setor público pode não estar limitada à consideração dos riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis, podendo também incluir responsabilidade mais ampla pela consideração dos riscos de fraude. ( )V ( )F

26) O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com os manuais de procedimentos da entidade auditadas. ( )V ( )F

27) No regime de capitalização a juros simples os juros podem ser capitalizados. ( )V ( )F

28) Considerando que o INPC em 05/12/2013 é 0,040001 e o INPC em 01/07/2016 é 0,050001, um valor de R\$ 100,00 em 05/12/2013, atualizado até 01/07/2016, seria de aproximadamente R\$ 125,00. ( )V ( )F

29) Nos cálculos de execução de sentenças judiciais, os juros legais são calculados a taxa de 0,5% ao mês, em períodos até o dia 10/01/2003 (vigência do “antigo” Código Civil), e de 1% ao mês, a partir de 11/01/2003 (vigência do “novo” Código Civil, Lei n. 10.406/2002. ( )V ( )F

30) O termo “inferência estatística” refere-se ao uso apropriado dos dados de uma amostra para se ter conhecimento sobre parâmetros da população de onde foi extraída a amostra. Os valores calculados, com base na amostra e com o objetivo de avaliar

parâmetros desconhecidos, são chamados estimativas desses parâmetros. Se uma amostra de 200 funcionários de uma empresa acusar 60% de favoráveis a um certo programa de treinamento, pode-se dizer que o valor de 60% é uma estimativa da percentagem de funcionários da empresa favoráveis a esse programa de treinamento. ( )V ( )F

31) O desvio padrão indica quão próximos ou distantes os valores individuais de uma amostra estão distribuídos em torno de seu valor médio. Quanto mais alto o for valor do desvio padrão, mais próximas da média estarão distribuídas as observações( )V ( )F

32) No manuseio de planilhas eletrônicas, o recurso de “congelar” células permite bloquear a navegação das linhas ou colunas selecionadas, possibilitando que os elementos permaneçam fixos na visualização, ainda que se movimente o restante da planilha. ( )V ( )F

33) Usando o recuso da Tabela Dinâmica, você pode resumir, analisar, explorar e apresentar um resumo dos dados da sua planilha eletrônica ou de uma fonte do dados externos. Um relatório de Tabela Dinâmica será especialmente útil quando se deseja analisar totais relacionados, especialmente quando há uma longa lista de valores a serem somados e dados agregados ou subtotais podem ajudar a verificar os dados de perspectivas diferentes e comparar valores de dados semelhantes. ( )V ( )F

34) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública por ser ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições. ( )V ( )F

35) É dispensável a licitação para serviços, exceto os de engenharia, e compras de valor até R\$ 8.000,00 e para alienações, nos casos previstos na Lei n. 8666/93, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez. ( )V ( )F

36) Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, que diz que “a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: I - União: 50% (cinquenta por cento); II - Estados: 60% (sessenta por cento); III - Municípios: 60% (sessenta por cento) e IV – Poder Judiciário: 6%. ( )V ( )F

37) A modalidade de licitação chamada “pregão” tem legislação específica (Lei n. 10.520/2002), por isso não se aplicam as normas da Lei n. 8.666, de 21/06/1993. ( )V ( )F

38) A entidade sem finalidade de lucros pode ser constituída sob a natureza jurídica de fundação de direito privado, associação, organização social, organização religiosa, partido político e entidade sindical. Suas receitas e despesas devem ser reconhecidas, respeitando-se o princípio da Competência. O valor do superávit ou déficit de cada exercício deve ser incorporado ao Patrimônio Social. A dotação inicial disponibilizada pelo

instituidor/fundador em ativo monetário ou não monetário, no caso das fundações, é considerada doação patrimonial e reconhecida em conta do patrimônio social. ( )V ( )F

39) O trabalho voluntário, exceto os de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço nas demonstrações contábeis das “Entidades sem finalidade de lucro” como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. No que tange às especificidades deste segmento, no Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido. No Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período. ( )V ( )F

40) Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração do resultado são as receitas, as despesas e o respectivo patrimônio líquido. ( )V ( )F



**EDITAL N. 107/2016**

**FOLHA PARA ANOTAÇÃO DO GABARITO  
(Única que pode ser destacada e levada)**